

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

**PROCESSO Nº 0243/2023**

**MAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob o nº 38.414.442/0001-57, neste ato regularmente representado por sua sócia administradora Sra. **CAROLINA FERRAREZE GOMES**, inscrita no CPF sob o nº 027.039.320-06, vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelos fatos e razões a seguir expostos:

#### **I - DA TEMPESTIVIDADE**

Preliminarmente, cabe salientar que nos termos do disposto no art. 165, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021, cabe contrarrazões de recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias da divulgação da interposição de recurso.

Da mesma forma, o Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação na modalidade pregão de forma eletrônica assim dispõe no art. 44:

##### **Intenção de recorrer e prazo para recurso**

**Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.**

**§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.**

**§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.**

Assim sendo, pelo exposto, e considerando que ocorreram juntadas de recursos no dia 28/11/2023, a presente contrarrazão recursal é tempestiva, devendo ser peremptoriamente recebida.

## **II – BREVE SÍNTESE DOS FATOS**

Em apertada síntese, trata-se de pregão eletrônico que tem como objeto a “Contratação de Empresa Especializada na Elaboração e Promoção de Cursos de Beleza e Estética”, em que foi habilitada como vencedora da presente licitação esta licitante.

Insatisfeitas com a justa decisão do ilustre pregoeiro, as empresas NELSON DOS SANTOS MESQUITA e JPCMAR FORMAÇÃO PROFISSIONAL ingressaram com recursos contra a mesma.

## **III – DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO DA EMPRESA NELSON DOS SANTOS MESQUITA**

### **a) Da desclassificação da proposta da recorrente ausente de motivação e fundamentação**

Senhor pregoeiro, a Recorrente questiona a decisão que entendeu por ser inexequível a proposta por ele apresentada. Porém tal decisão se mostrou absolutamene técnica e acertada, pois foi coerente, e acima de tudo técnica, atendendo os princípios da razoabilidade, razão pela qual não merece reparo algum.

Conforme mencionado pelo próprio Recorrente, a proposta que apresentou foi submetida à secretaria requisitante em 18/10/2023. E após análise, diligências e resposta a uma série de questionamentos feitos pela pasta requisitante, a

decisão pela desclassificação da proposta se deu somente em 09/11/2023.

Em que pese o indiscutível caráter de celeridade típico dos processos de pregão eletrônico, a Recorrente teve um prazo superior a vinte dias para comprovar que sua proposta era exequível, e não conseguiu fazê-lo. A Recorrente não foi em nada prejudicada, pelo contrário, a mesma foi até beneficiada.

A Recorrente não conseguiu convencer o pregoeiro em vinte dias de manifestações e apresentação de argumentos, e agora busca reverter a coerente decisão com uma canetada, o que certamente não se efetivará.

#### **b) Da isonomia (Princípio da Igualdade)**

Aduz a Recorrente que na condução do processo foi ferido o princípio da isonomia, não havendo igualdade entre os licitantes. Alega isto, pois entende que tenha havido flexibilização por parte do pregoeiro, haja visto que foi concedido a licitante remanescente prazo para envio de documentos complementares. Dá a entender a Recorrente que tal possibilidade não lhe foi ofertada, tentando igualar, seja por desconhecimento ou por mero amor ao debate, situações absolutamente distintas.

As situações são muito distintas: a MAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA. foi ofertado prazo para complementar informações, sendo que o que havia juntado havia sido suficiente, a luz do Edital, para ser declarada classificada no presente processo. Já a Recorrente foi desclassificada/inabilitada pois apresentou uma proposta em que não foi capaz de provar que conseguiria executar. O pregoeiro apenas agiu nos limites da legislação vigente.

A diligência promovida na instrução do processo ocorreu com o intuito de esclarecer e complementar os documentos ausentes. E não há nada de

errado nisto nesta fase do processo.

Neste viés, é sabido que a comissão de licitação e/ou progeiro pode converter o processo em diligência para que se elucide questões eventualmente obscuras, contraditórias ou que merecem maiores esclarecimentos. No caso em tela, a MAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA juntou toda a documentação suficiente para comprovar sua qualificação técnica, servindo as legítimas diligências em questão para, assim dizer, reafirmar e confirmar convicções. Toda a documentação inicialmente apresentada pela MAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA, foi suficiente para comprovar o cumprimento das exigências postas no Edital.

Assim, conforme todo o exposto, a diligência ocorrida na instrução do procedimento foi realizada para esclarecer pontos obscuros e complementar informações inicialmente juntadas.

**c) Da exequibilidade da proposta da recorrente, erro processual e ausência de motivação da decisão administrativa**

A Recorrente volta a manifestar que não teve oportunidade de comprovar que sua proposta era exequível, mas evidentemente tal argumento não merece prosperar.

Como já discutido em item anterior de seu recurso, já manifestamos que ficou muito claro que a Recorrente não foi capaz de comprovar o que lhe cabia. Teve prazo para isso, e foi diligenciada, mas não teve capacidade de demonstrar que sua proposta era exequível, ou não foi capaz de comprovar sua tese perante ao pregoeiro. Senão as duas coisas. Importante é que oportunidades para tanto teve, e a decisão da autoridade pública foi devidamente motivada.

Assim sendo, por todo oposto e também pelos argumentos que

desfilamos no item c (que reafirmamos dada a clara tautologia), evidente que tais argumentos não devem prosperar, e certamente não serão providos pela autoridade julgadora.

**d) Princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Vantajosidade)**

Sem dúvida o pregoeiro se guiou pelo princípio da seleção da proposta mais vantajosa o tempo todo, pois não há vantagem alguma em selecionar uma proposta com menor valor mas que sabidamente não poderá ser executada, por ser claramente inexequível. Cabia a Recorrente provar da exequibilidade de sua proposta, mas a mesma não conseguiu desincumbir-se deste ônus em momento algum.

Assim, com base em tudo que fora até aqui exposto, importante recordar que o objetivo da licitação sob a ótica da seleção da proposta mais vantajosa não é apenas assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa, mas garantir que foi contratado o serviço que apresenta a melhor e mais completa solução para as necessidades públicas apresentadas. Portanto, o ponto principal é a seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

E assim sendo, se valendo de todos os aspectos narrados, é possível com muita facilidade se concluir que a desclassificação do certame desta Recorrente é medida que se mostrou acertada, devendo, portanto, ser mantida.

**III – DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO DA EMPRESA JPCMAR FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

**a) Dos Atestados de Capacidade Técnica**

Em síntese, a Recorrente se insurge contra a habilitação da MAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA no referido certame, entendendo que os Atestados juntados pela mesma não entende o disposto no Edital, apenas por que não estava descrito nos mesmos o que aquela Recorrente queria ler. Não há outra explicação para apresentação deste equivocado recurso.

Os Atestados de Capacidade Técnica juntados pela MAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA tem relação direta com o objeto licitado. Difícil crer na apresentação de um recurso por motivos tão fúteis. Com tanto tempo de experiência na área educacional e com larga experiência em licitações públicas, nas mais diversas modalidades, perdendo e ganhando, este licitante aprendeu a vencer e também aprendeu a aceitar com ética resultados adversos que foram estabelecidos com justiça. Por outro lado, apreendeu também a erguer-se com energia frente a infundadas injustiças. Por isso assusta a manifestação da mencionada Recorrente.

A MAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA apresentou ACTs que senão trazem exatamente a mesma descrição do disposto no Edital, são de indiscutível similaridade. Imagina negar seguimento de uma empresa séria num relevante certame por mero capricho. Negando que palavras sinônimas podem dizer a mesma coisa. De acordo com o site <https://www.sinonimos.com.br/>, sinônimos são palavras que possuem o mesmo significado:

**“Sinônimos são palavras que possuem o mesmo ou aproximadamente o mesmo significado. Os sinônimos podem ser palavras ou expressões que, embora possuam grafias diferentes, estabelecem entre si uma relação semântica de igualdade, de semelhança, de identificação. A substituição de uma palavra ou de uma expressão por um sinônimo não altera o sentido do que se quer dizer.”**

Os documentos carreados aos autos eletrônicos são plenos e suficientes para comprovar a capacidade técnica desta licitante para efetivação do

objeto licitado. Não há nenhuma razão para que a decisão exarada pelo Senhor Pregoeiro fosse diversa da decisão tomada. A MAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA é empresa de grande relevância no mercado em que atua, estando com firme atuação há mais de três anos, prestando consultoria e assessoria de reconhecida qualidade, exatamente de acordo com a finalidade da norma edilícia. Não há motivo algum para se negar provimento as ACTs juntadas por esta licitante.

No tocante a qualificação técnica, o Edital é claro em seu item 13.5.1, letra “E”, conforme colamos a seguir:

(E.1) A empresa LICITANTE deverá comprovar capacidade técnica na área de execução de serviços objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, nos termos dispostos no Art. 67 da Lei nº 14.133/2021. **A comprovação da capacidade técnica será realizada por meio de atestados fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a empresa LICITANTE tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto por ora licitado.** A comprovação da capacidade técnica será exigida somente para os itens que o licitante irá participar, no limite de 10%.

Veja que pelo Edital basta apenas que o concorrente comprove que já executou a contento serviços da mesma natureza, razão que habilita a empresa para o desempenho de atividade similar ou compatível, se assim preferirem. Quem afirma isto não é este concorrente, e sim o Edital da lavra do Município responsável pelo certame.

Salienta-se que o Edital não definiu índices de maior relevância técnica, quantitativos mínimos nem prazos máximos, sendo solicitado apenas atestado, podemos assim dizer genérico, visando apenas comprovar que a empresa já desempenhou minimamente serviços de mesma natureza ao do objeto licitado. Não há cabimento querer exigir que o licitante tenha executado no passado serviço **exatamente igual ao objeto da licitação.**

Impugnamos veemente tal argumento apresentado pela

concorrente, pois ficou evidenciado – e muito claro - que a empresa MAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA atendeu todas as exigências previstas no instrumento convocatório, sendo justamente habilitada no presente certame.

#### **b) Das Instalações**

Alega a Recorrente que a licitante não comprovou possuir instalações na própria cidade de Maricá. Porém, no tocante a este ponto cabe mencionar que a licitante cumpriu rigorosamente o disposto no Edital convocatório, juntando o atestado de localização das instalações nos termos requeridos.

#### **IV – DO PEDIDO**

Ante todo o exposto, a licitante REQUER que suas contrarrazões sejam recebidas pois adequada e tempestiva, sendo acolhido na íntegra a presente impugnação, para fim de julgar como totalmente improcedente os recursos apresentados sendo, portanto, os mesmos desprovidos.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Santa Cruz do Sul, 01 de dezembro de 2023.

**MAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA**  
**Representada por CAROLINA FERRAREZE GOMES**

**VANIR RAMOS DE AZEVEDO**  
**OAB/RS 100.512**  
**Advogado**